

Presidente da Funai é exonerado



Juruna foi um dos que mais se empenharam junto ao Governo pela demissão de Ferreira Lima

O governo decidiu ontem exonerar o presidente da Fundação Nacional do Índio, Otávio Ferreira Lima, como primeiro passo para reiniciar a negociação com os índios Txucarramãe, do Parque Indígena do Xingu (MT), que há 39 dias estabeleceram um conflito com a direção do órgão em defesa de suas terras. A medida foi motivada pelo agravamento do estado de saúde em que se encontram o superintendente da Funai, Larmartine Ribêiro de Oliveira (hipertensão); o diretor de assistência ao Índio, Carlos Grossi (infecção urinária), e o sertanista Sidney Possuelo (úlcera), presos desde 13 de abril como reféns. A decisão representa a primeira conquista dos Txucarramãe que desde o início do impasse exigiam a demissão de Ferreira Lima.

A medida foi anunciada ontem à noite, depois de uma reunião que durou cerca de três horas, entre o líder Txucarramãe, Megaron (sobrinho do cacique Raoni), Marcos Terena, Mário Juruna (PDT-RJ) e o ministro Extraordinário para Assuntos Fundiários, Danilo Venturini, no Palácio do Planalto. Através de um telefonema ao ministro do Interior, Mário Andreazza, o general Danilo Venturini acertou a exoneração de Ferreira Lima.

A questão da terra, que implica em incorporar ao Parque Indígena do Xingu uma faixa de 40 por 60 quilômetros, à margem direita do rio Xingu, a demarcação da área denominada Kapoto, considerada como território sagrado dos Kaiapós, situada a 60 quilômetros da aldeia Kretire, será discutida hoje, numa nova reunião no Ministério do Interior, marcada para as 10 horas. Assessores dos ministros Venturini e Andreazza, adiantaram que não será possível conceder a faixa de 40 quilômetros, atualmente ocupada por inúmeras fazendas, porque isto implicaria no governo pagar altíssimas indenizações. No entanto, não descartaram a possibilidade da área Kapoto ser demarcada.

A liberação dos reféns está condicionada à assinatura do decreto de demissão de Ferreira Lima, conforme informou o líder Megaron que, após a reunião com o ministro Venturini, manteve um contato, via rádio, com o cacique Raoni. Segundo Megaron, Raoni afirmou que só libertaria os três funcionários doentes depois que o governo assinasse o referido decreto. A assessoria do Minter informou que hoje o presidente Figueiredo receberá do ministro Andreazza a mensagem pedindo a saída de Ferreira Lima e que amanhã o decreto será assinado.

Juruna deixou o gabinete do ministro Venturini bastante satisfeito com a saída do presidente da Funai - o ministro Mário Andreazza disse, segundo ele, que já tem um outro cargo para Otávio Ferreira Lima - e penso a aceitar a faixa de terra de 15 quilômetros à margem direita do rio Xingu, desde que seja assegurada também a área do Capoto, um terreno sagrado dos Kaiapós que eles querem garantir como terra indígena.

Muitas crises e 4 demissões, em apenas 5 anos

ROSANE GARCIA
Da Editoria Nacional

A demissão do presidente da Funai, Otávio Ferreira Lima, resultante do conflito deflagrado pelos índios Txucarramãe, do Parque Indígena do Xingu, representa a quarta grave crise interna no órgão, motivada pelo problema fundiário, e que reflete a insatisfação de vários outros grupos indígenas do País, cujos territórios não estão regularizados.

O primeiro presidente da Funai, no governo Figueiredo, foi o engenheiro do DNER Ademar Ribeiro da Silva. Ele assumiu em março de 1979 e pediu demissão em novembro do mesmo ano, por não suportar a pressão dos fazendeiros do Estado de Mato Grosso que ambicionam as férteis terras dos grupos indígenas. Ademar foi vítima, também, da pressão de empresários de Roraima, que visavam ocupar o território dos índios Yano-

mami, rico em minérios.

Em seu lugar foi indicado o coronel João Carlos Nobre da Veiga, que declarou conhecer de índios "apenas o que aprendi no ginásio". Com isso a sua administração se configurou como uma das piores nestes 16 anos de criação da Funai. Em sua gestão de novembro de 1979 a outubro de 1982 não foram poucas as denúncias de corrupção no órgão, que culminou com a aquisição da atual sede da Funai, situada em setor impróprio para o funcionamento de uma autarquia (Setor de Indústria e Abastecimento desta capital). Também durante a sua administração, a Funai foi invadida por índios Xavante, que se manifestaram descontentes com a demissão de 38 funcionários, sendo a maioria antropólogos. Estes funcionários tomaram a iniciativa de denunciar a política antindigenista adotada por Nobre da Veiga

ao Ministério do Interior e ao Congresso Nacional.

Salu Nobre da Veiga. Assumiu um outro coronel. Desta vez, o coronel Paulo Moreira Leal, oriundo do Conselho de Segurança Nacional, que permitiu que o órgão se transformasse num verdadeiro cabide de emprego para "militares da reserva". De outubro de 1982 a julho de 1983, Leal enfrentou sérias crises, como a questão dos índios Pataxó Hã-Hã-Hã, a falta de prestígio político para conseguir recursos financeiros para a demarcação das terras indígenas; o sequestro de um avião pelos índios Suyá e Kayabi, do Parque do Xingu, de propriedade do empresário goiano Roberto Correia Leal; e, por fim, a invasão da Funai mais uma vez pelos índios Xavante, que expulsaram os militares dos seus respectivos cargos. Leal foi convidado a pedir demissão.

O coronel Paulo Leal deixou como herança para seu sucessor, o economista Otávio Ferreira Lima, uma crise no Parque Indígena do Xingu, com os índios Suyá e Kayabi de posse do avião do empresário goiano. Otávio, que assumiu no dia 6 de julho de 1983, em meio a um conflito estabelecido pelos índios do Xingu, deixa a Funai pelo mesmo motivo. Embora em todos os momentos de sua administração tenha afirmado que "sob pressão" não agiria, o governo não teve outro recurso, pelas vidas que estão em jogo, senão demitir Otávio, que se mostrou tão irredutível quanto os índios para decidir uma questão. A princípio os índios estavam dispostos a negociar com ele, que se negou a atender a todos os apelos, sob o argumento de que "o princípio de autoridade tinha de ser mantido".

Governo dá insegurança ao índio, denuncia bispo

Cutabá — "Ao invés de segurança, o Governo brasileiro tem levado total insegurança às comunidades indígenas, cujas lutas merecem não só o apoio da Igreja, mas também do povo brasileiro. Prova dessa insegurança é o caso dos Txucarramãe, que, durante anos e anos, vêm sendo enganados pelas autoridades federais. Agora eles resolveram, com justa razão, reagir energicamente contra seus principais inimigos: os fazendeiros, a Funai e o Governo Federal" — disse anteontem o bispo D. Tomás Balduino, no sermão que fez na missa de encerramento da Semana do Índio em Mato Grosso, no pátio da Igreja do Rosário, à qual compareceram cerca de 1.800 pessoas e mais de 50 índios Xavante, Bororo e Bakairi, trajando

apenas calção e ostentando seus enfeites e pinturas característicos.

O bispo de Goiás Velho criticou duramente o Governo Federal, afirmando que "não bastasse o descumprimento da lei (referia-se ao Estatuto do Índio, que previa a demarcação definitiva de todas as terras indígenas), o Governo do presidente João Figueiredo cometeu três graves crimes contra cerca de 220 mil brasileiros legítimos: o decreto-lei número 88.985, que libera as áreas indígenas para mineração por empresas nacionais e multinacionais — para se ter uma idéia, basta citar que, um dia após a publicação do decreto, já havia na mesa das autoridades 50 requerimentos de alvarás de pesquisas, na maioria de empresas multinacionais

—, a mudança da legislação do Código Civil, que torna o índio um ser absolutamente incapaz, igual a uma criança de sete anos, uma lei iníqua, anticristã, feita por legisladores interessados em massacrar o que resta das populações indígenas; e o Projeto Carajás, que será responsável pela destruição de 42 povos indígenas para beneficiamento de grupos japoneses e americanos, além de outra lei que permite a penetração de qualquer polícia nas áreas, mesmo a requerimento dos principais inimigos dos índios, os fazendeiros capitalistas".

— Estão fazendo tudo isso a pretexto de pagar nossa dívida externa, quando todos sabem que as causas dessa crise econômico-social, sem precedentes na História do Brasil, es-

tão nas corrupções, nos grandes projetos de desenvolvimento financiados pelo capital estrangeiro, que beneficiam tão somente empresas multinacionais. E preciso que haja solidariedade do povo brasileiro para com as sociedades indígenas, pelos massacres e roubo de suas terras, desde a primeira invasão liderada por Pedro Álvares Cabral. — Disse D. Tomás.

Ele acrescentou que a Igreja apóia esses movimentos porque é um dever, acima de tudo, cristão. "Felizmente, agora, o povo deixou de ser simplesmente massa e passa a refletir e a ocupar as praças e ruas das cidades do País para exigir um basta a esta situação. É nessa esperança que o povo confia — frisou D. Tomás.